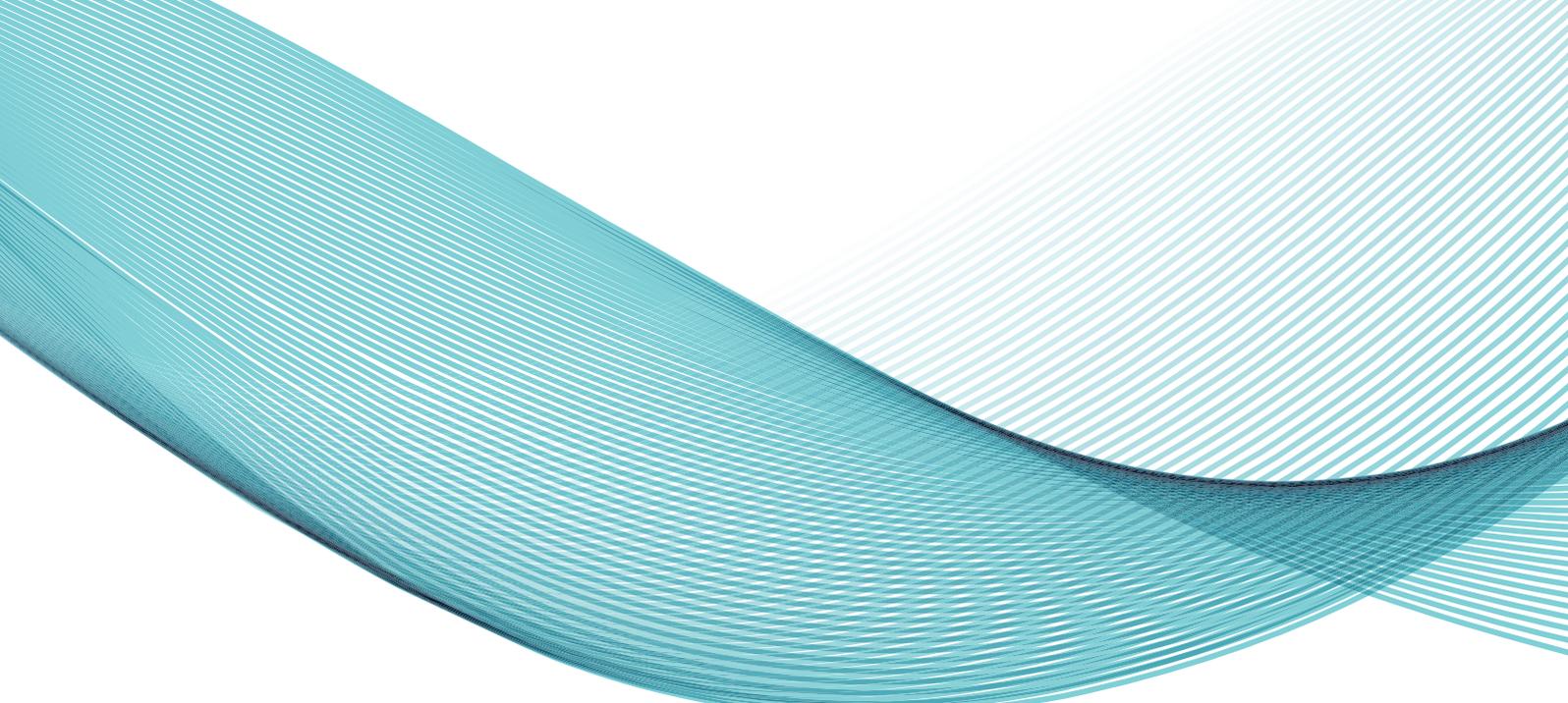




CARTA DE
COMPROMISSO
PARA O **FINANCIAMENTO**
SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL



ENQUADRAMENTO

A evolução económica do último século permitiu uma significativa redução da pobreza e uma importante melhoria da qualidade de vida, tendencialmente alargada à generalidade do mundo. No entanto, este modelo de crescimento económico de extração – produção – deposição gera também impactes ambientais relevantes e que, já hoje, se revelam na alteração dos sistemas climáticos, na perda de biodiversidade e, embora de forma desigual, na degradação de elementos ambientais básicos como solo, água e ar. Apesar de os custos económicos totais destas alterações ainda não serem suficientemente explícitos para todos os envolvidos, os impactes ambientais e sociais já se vão tornando mais claros, pelo que importa refletir sobre os elementos menos positivos do processo de crescimento económico, tendo em vista fomentar a sustentabilidade, não apenas económica e financeira, mas também ambiental, social e de governação das instituições.

Vários atores mundiais compreenderam a necessidade e a urgência de incorporar mais aprofundadamente as preocupações ambientais nos modelos de crescimento económico, por forma a torná-lo mais sustentável, com um

foco especial nas emissões de gases com efeito de estufa que contribuem para a alteração do sistema climático e o conduzem para uma situação de difícil reversibilidade. Neste contexto, 197 países subscreveram em 2015 o Acordo de Paris, que tem como principal compromisso atingir um equilíbrio a nível global entre emissões e remoções de gases com efeitos de estufa na segunda metade do século. Concretizar este compromisso, significa que os países subscritores se comprometeram a atingir a neutralidade carbónica na segunda metade do século XXI.

A Comissão Europeia reconheceu que a sustentabilidade e a transição para uma economia mais segura, neutra em carbono e resiliente ao clima, mais eficiente na utilização dos recursos e circular, constituem fatores de competitividade de longo prazo para a economia europeia. Assim, será necessário investir na transição para um modelo económico que contribua para os objetivos ambientais definidos a nível europeu, nomeadamente para: atenuar os efeitos das alterações climáticas; promover a adaptação às alterações climáticas; promover a utilização sustentável e a proteção dos recursos hídricos e dos recursos marinhos; assegurar

a transição para uma economia circular, e a prevenção e a reciclagem dos resíduos; assegurar a prevenção e o controlo da poluição e a proteção da biodiversidade e restauração dos ecossistemas. Sendo os objetivos ambientais de âmbito alargado, o Acordo de Paris enfatiza a importância da atenuação dos impactos das alterações climáticas, nomeadamente na reconhecida necessidade de existir um modelo económico assente num sistema energético baseado em energias renováveis, que promova a mobilidade descarbonizada, a eficiência energética dos edifícios, o sequestro de carbono pelas florestas e a agricultura sustentável e de precisão, entre outras medidas relevantes, igualmente sublinhadas pela Comissão Europeia no âmbito da estratégia a longo prazo da União Europeia para uma economia próspera, moderna, competitiva e com impacto neutro no clima. A concretização desta mudança impõe o envolvimento da sociedade no seu conjunto, não sendo suficiente apenas o comprometimento dos poderes públicos. Em particular, porque são necessários valores de investimento muito elevados, que não estão ao alcance apenas do setor público.

De acordo com a Comissão Europeia esta transição vai implicar uma aposta em novos setores, em novas tecnologias e em novos modelos de negócio. Hoje, é possível estimar que as ações e as políticas realizadas para se atingir as metas para 2020 na área da energia e do clima terão adicionado entre 1% e 1,5% à força de trabalho a nível europeu, sendo expectável que esta tendência continue. Uma grande maioria deste investimento será realizado pelo setor privado (empresas, instituições da economia social e famílias), sendo, por isso, tão importante que os Estados-Membros consigam dar sinais claros e de longo prazo para orientar os investidores nas suas opções de investimento, para evitar os ativos obsoletos, aumentar o volume de financiamento sustentável e direcioná-lo para inovações mais produtivas.

Tratando-se de um processo transformacional profundo que envolve de forma transversal toda a sociedade, este investimento ocorrerá, necessariamente, em todos os setores e será, conforme a sua tipologia, partilhado entre investimentos das famílias (por exemplo, eletrodomésticos eficientes, automóveis elétricos ou isolamentos nas habitações), das empresas (por exemplo, renováveis, camiões a hidrogénio, fornos e caldeiras elétricos), das instituições da economia social (por exemplo, frotas mais eficientes, reabilitação de património imobiliário e equipamentos) e do Estado (por exemplo, transportes públicos mais eficientes,

descarbonização dos edifícios públicos e da frota de viaturas do setor público). O setor privado e os agregados familiares serão responsáveis pela vasta maioria destes investimentos.

Em Portugal, o valor global agregado de investimento necessário para atingir a neutralidade carbónica até 2050 está projetado em 1 017 mil milhões de euros, de acordo com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica em 2050.

Destes, cerca de 930 mil milhões de euros serão realizados em qualquer caso em resultado da dinâmica normal de modernização da economia, catalisada pelas políticas em curso para assegurar o funcionamento do sistema energético - o que se traduz num valor anualizado de 27 a 29 mil milhões de euros. Esta dinâmica de mercado levará a uma redução de emissões estimada de 65% em 2050, ainda insuficiente para atingir a neutralidade carbónica.

Como Portugal ambiciona reduzir as emissões em mais de 85% até 2050, o investimento adicional necessário para atingir a neutralidade carbónica situar-se-á em valores próximos dos 86 mil milhões de euros para a totalidade do período, ou seja, cerca de 2,1 a 2,5 mil milhões de euros por ano (cerca de 1,2% do PIB). Para além da redução de emissões que, no sistema energético, passará de 70% para 90%, este investimento traduzir-se-á também em substanciais ganhos de eficiência energética e na redução da dependência energética, o que terá grandes implicações (positivas) na redução da fatura energética. Este volume de investimento adicional para a neutralidade está em linha com os valores estimados pela Comissão Europeia para a totalidade da União Europeia, na sua estratégia de longo prazo, que se cifram entre 175 e 290 mil milhões de euros por ano, até 2050, o que corresponde a cerca de 1,1% a 1,8% do PIB da União Europeia em 2018.

Assim, o Estado deverá ter um papel ativo na definição e na adaptação do sistema regulatório, fiscal e de incentivos, que proporcione sinais claros a longo prazo, facilitando a transição para um novo modelo de crescimento económico pautado pelo investimento em projetos e atividades sustentáveis. Também o setor financeiro deverá incorporar, nas suas políticas de investimento e na oferta de novos produtos financeiros, os incentivos adequados ao objetivo de atingir uma economia neutra em carbono em 2050, de modo a que setor privado consiga aceder ao financiamento necessário à realização de investimentos e aquisições para uma, e numa sociedade tendencialmente descarbonizada.

ÂMBITO

Neste contexto, foi criado o Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável, constituído pelos principais atores do setor financeiro em Portugal e coordenado pelo Ministério do Ambiente e da Transição Energética, em parceria com o Ministério das Finanças e o Ministério da Economia. Este Grupo identificou as áreas essenciais e um conjunto de recomendações, com diferentes âmbitos temporais, para que o setor financeiro nacional possa contribuir para acelerar este processo, nomeadamente através da criação de uma estrutura para promoção do Financiamento Sustentável em Portugal.

A presente Carta de Compromisso, mediante a adesão voluntária dos seus signatários, tem em vista contribuir para a promoção e o desenvolvimento do financiamento sustentável em Portugal, dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Grupo de Reflexão.

FUNDAMENTOS

Considerando que:

- As alterações climáticas constituem uma ameaça significativa para a economia, sociedade e ambiente, incluindo riscos ao crescimento e estabilidade financeira, convocando, assim, uma necessidade urgente de lhes dar resposta;
- As alterações climáticas são também uma oportunidade, e que uma ação concertada a nível global pode gerar benefícios substanciais para as nossas sociedades, pelo estímulo da tecnologia e da inovação, para a melhoria do bem-estar humano e para a aceleração do crescimento económico;
- As alterações climáticas e os riscos ambientais constituem um potencial risco financeiro;
- A transição justa para uma economia neutra em carbono e resiliente às alterações climáticas deve estar refletida no planeamento macroeconómico e na gestão do financiamento público;
- A transição para uma economia neutra em carbono em 2050 implica um aumento ou uma realocação do financiamento privado, também através do alinhamento do sistema financeiro com as necessidades de investimento associadas à neutralidade carbónica, em consistência com os normativos prudenciais e comportamentais aplicáveis, uma vez que os recursos públicos disponíveis não são suficientes;
- A reorientação de fluxos de capitais para investimentos sustentáveis é crucial para assegurar um crescimento sustentável e inclusivo da economia portuguesa.

COMPROMISSOS

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA ASSUME O COMPROMISSO DE:

- Coordenar os trabalhos futuros do Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável;
- Continuar a divulgar, antecipadamente, os objetivos das políticas públicas futuras nas matérias de sustentabilidade, em particular as relacionadas com alterações climáticas, eficiência energética e biodiversidade (como é o caso do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e do Plano Nacional de Energia e Clima 2030, entre outros);
- Promover o desenvolvimento de ações de sensibilização/educação em sustentabilidade e financiamento sustentável no âmbito, nomeadamente, dos fundos do futuro PT2021-2027.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA ASSUME O COMPROMISSO DE:

- Promover a revisão dos critérios da PME Líder e PME Excelência, de forma a incorporar, gradualmente, os temas da sustentabilidade nesses critérios e avaliar a possibilidade de se criar uma categoria de PME Verde ou PME Sustentável;
- Promover a transição das empresas e das instituições da economia social para o paradigma da sustentabilidade, através da identificação e da alavancagem de apoios financeiros decorrentes do próximo quadro financeiro plurianual europeu (2021-2027);
- Racionalizar as linhas protocoladas com o Estado e simplificar os procedimentos associados ao acesso ao financiamento;
- Promover a criação de produtos financeiros, com o envolvimento do setor público e do setor privado (seguindo os princípios de “*blended finance*”), inspirados, nomeadamente, nas oportunidades decorrentes do *InvestEU Programme*;
- Acompanhar e participar nos trabalhos futuros decorrentes do Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS ASSUME O COMPROMISSO DE:

- Desenvolver uma política fiscal favorável à sustentabilidade;
- Promover a transição das empresas e das instituições da economia social para o paradigma da sustentabilidade, através da identificação e da alavancagem de apoios financeiros decorrentes do próximo quadro financeiro plurianual europeu (2021-2027);
- Promover a criação de produtos financeiros, com o envolvimento do setor público e do setor privado (seguindo os princípios de “*blended finance*”), inspirados, nomeadamente, nas oportunidades decorrentes do *InvestEU Programme*;
- Acompanhar e participar nos trabalhos futuros decorrentes do Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável.

**BANCO DE PORTUGAL,
A COMISSÃO DO MERCADO
DE VALORES MOBILIÁRIOS
E A AUTORIDADE DE SUPERVISÃO
DE SEGUROS E FUNDOS
DE PENSÕES**
ASSUMEM O COMPROMISSO DE:

- Colaborar, no âmbito das suas atribuições, na análise do papel do sistema financeiro na identificação e gestão dos riscos ambientais, no financiamento e no investimento em projetos verdes e de baixo carbono, num contexto mais amplo de desenvolvimento sustentável e em conformidade com a regulação e supervisão a nível europeu;
- Acompanhar e participar nos trabalhos futuros decorrentes do Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável.

**INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
SIGNATÁRIAS E A
EURONEXT LISBON**
ASSUMEM O COMPROMISSO DE:

- Promover o debate sobre a sustentabilidade e sobre os riscos e as oportunidades ambientais, sociais e de governação ao nível dos Conselhos de Administração das instituições financeiras, tendo em vista que esses riscos e oportunidades sejam considerados na definição das respetivas estratégias;
- Promover a formação em financiamento sustentável dirigida aos seus colaboradores nos diversos níveis da organização (incluindo o Conselho de Administração), com enfoque para a área de análise de risco de crédito, produtos financeiros, comercial e/ou produção;
- Acompanhar a revisão dos critérios da PME Líder e PME Excelência, de forma a incorporar, gradualmente, os temas da sustentabilidade nesses critérios e aceitar a possibilidade de se criar uma categoria de PME Verde ou PME Sustentável;
- Promover a gradual integração dos critérios ambientais, sociais e de governação nas análises de financiamento e investimento;
- Acompanhar e participar nos trabalhos futuros decorrentes do Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
BANCOS, A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE SEGURADORES, A ASSOCIAÇÃO
DE EMPRESAS EMITENTES
DE VALORES COTADOS EM MERCADO
E A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE FUNDOS DE INVESTIMENTO,
PENSÕES E PATRIMÓNIOS**
ASSUMEM O COMPROMISSO DE:

- Promover o debate sobre a sustentabilidade e sobre os riscos e as oportunidades ambientais, sociais e de governação ao nível dos seus órgãos sociais e associados, tendo em vista a consideração de tais riscos e oportunidades na definição das respetivas estratégias;
- Promover a formação nos temas do financiamento sustentável, da informação não financeira e dos desafios da sustentabilidade, junto dos seus associados e colaboradores;
- Acompanhar e participar nos trabalhos futuros decorrentes do Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável.

CARTA DE COMPROMISSO PARA O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL

SIGNATÁRIOS



CARTA DE COMPROMISSO PARA O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL

SIGNATÁRIOS



